

A economia brasileira do pós-1964: desenvolvimento capitalista e tragédia social

Adilson Marques Gennari

Como citar: GENNARI, A. M. A economia brasileira do pós-1964: desenvolvimento capitalista e tragédia social. *In* : VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.165-179. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p165-179>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A ECONOMIA BRASILEIRA DO PÓS-1964: DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E TRAGÉDIA SOCIAL

Adilson Marques Gennari

1 INTRODUÇÃO

Para uma análise da economia brasileira do período da ditadura militar (1964 – 1985) se faz mister uma breve retrospectiva histórica do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de alguns aspectos estruturantes da economia e da sociedade, que podem lançar algumas luzes para a compreensão dos complexos e contraditórios processos que resultaram no golpe de 1964 e na economia que o sucedeu. Assim, correndo o risco de um voo muito alto, é preciso considerar alguns aspectos da particularidade brasileira que emolduraram estruturalmente os acontecimentos daquele período.

Sendo assim, destacaria cinco aspectos: a) o capitalismo brasileiro nasce como colônia de exploração (PRADO JR., 1970), reeditando relações sociais perversas e historicamente ultrapassadas com a instituição da escravidão; b) depois de vários séculos de superexploração dos trabalhadores escravizados, num contexto de acumulação de capital e de

produção para exportação, seguiu-se o processo de libertação dos escravos sem formas concretas de incorporação à nova ordem de classes que nascia (FERNANDES, 1975); c) contra-reforma agrária, representada pela Lei de terras de 1850, que redefinira as relações com a terra, no sentido de que seu acesso somente seria possível através da herança ou da compra, o que condenaria milhões de trabalhadores à impossibilidade histórica de acesso à terra e desencadearia uma luta pela reforma agrária que sobrevive até os dias que correm. d) industrialização hiper-retardatária (CHASIN, 1978): a industrialização (considerada o caminho para a modernização) será possível na imanência brasileira somente no final do século XIX e, mais precisamente, início do século XX, quando o capitalismo mundial já estava em sua fase imperialista, com seus monopólios, ou seja, a chamada economia concorrencial sedia lugar para um processo de concentração industrial nos polos hegemônicos, subordinando estruturalmente todas as novas formas de inserção.

Se de um lado a chamada burguesia nacional, em formação, não conseguia realizar suas históricas tarefas econômicas (autonomia nacional), dadas as pressões do imperialismo, e se viu num contexto de associação subordinada, por outro, também não pôde realizar suas tarefas políticas, dada a sua impossibilidade histórica de integrar-se à cultura democrática das economias clássicas, de longe deixada para trás em meados do século XIX, no complexo contexto das lutas sociais. Assim, a chamada burguesia brasileira emergia num contexto no qual a burguesia mundial já havia abandonado suas antigas bandeiras revolucionárias e já havia se tornado uma classe conservadora e em alguns lugares fascista. Restou-lhe seguir o caminho do desenvolvimento com subordinação (CARDOSO; FALETO, 1969). E, *last but not least*, conforme Gennari (1999), temos o contexto de tensão caracterizado pela guerra fria, que determinaria em grande medida as políticas econômicas e as possibilidades para o desenvolvimento econômico do período.

Somados aos antecedentes imediatos, abaixo descritos, esses aspectos históricos de longa duração, emoldurarão em grande parte o ambiente, os conflitos, enfim, o contexto histórico em que os sujeitos reais, “de carne e osso” (THOMPSON, 1998) terão que tomar suas decisões

sobre seus destinos e se organizar politicamente para a luta travada antes e depois do golpe de 1964.

2 ANTECEDENTES À CRISE DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

O governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira privilegiou a política de industrialização, e as diretrizes políticas e econômicas por ele adotadas foram inspiradas nos estudos elaborados pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o que resultou no Plano de Metas.

Tal plano recomendava o desenvolvimento das indústrias de base, com financiamento pelo Tesouro Nacional, cuja fonte de recursos deveria fluir da arrecadação tributária e de operações de crédito, com a emissão de títulos da dívida pública. O capital estatal seria o maior responsável pelo financiamento às políticas industriais, e o grande agente financeiro do desenvolvimento seria o Banco do Brasil, com dupla função: a de banco comercial e a de Banco Central. Ao BNDE caberia o papel de agência de fomento e de agente das políticas de desenvolvimento (MINDLIN, 2001).

A partir do ano de 1955, o ingresso de capitais estrangeiros melhorou as condições do balanço de pagamentos, até então, agravadas pela baixa dos preços internacionais do café e pelo financiamento à sua estocagem nos anos de 1951 e 1952. A Instrução 113, estabelecida pelas autoridades monetárias, iniciou uma nova política de ação com as empresas manufatureiras estrangeiras, sediadas no território nacional. As taxas de câmbio, por sua vez, foram alteradas a fim de que permitissem o ingresso de investimentos estrangeiros em setores prioritários, incluindo a remessa de lucros (LEFF, 1977).

A situação desvantajosa do balanço comercial, entretanto, impediu que o desenvolvimento econômico fosse financiado com os superávits, o que induziu o país a recorrer a outras fontes de financiamento: o investimento direto estrangeiro, empréstimos externos e recursos do Tesouro. As políticas de substituições de importações mudavam, de forma gradativa, o intercâmbio externo; porém, parte substancial do desenvolvimento industrial, principalmente as indústrias de bens de capital e a de base, necessitava de importações

de máquinas e equipamentos, que não eram produzidos no país, o que poderia provocar o atraso e, até mesmo, a estagnação nesses setores, caso as importações não fossem autorizadas. A solução encontrada foi permitir a vinda de investimentos diretos externos, os quais, ao mesmo tempo em que resolviam o problema da importação de produtos estratégicos, não produzidos no país, financiavam parte dos débitos externos e traziam *know-how* para o novo complexo tecnológico e industrial brasileiro (LEFF, 1977).

Segundo Francisco de Oliveira (1977), o desfecho do período JK teve como característica fundamental a emergência de um padrão de acumulação, cuja contradição central foi a reposição da tendência ao estrangulamento externo da economia brasileira, visto que a acumulação de capital possuía, como eixo dinâmico, uma indústria oligopólica e internacionalizada, centrada na produção de bens de consumo duráveis para o mercado interno. Dessa forma, não era possível gerar, em dólares, os recursos requeridos para a remuneração do capital externo, o que ocasionou, novamente, uma crise na esfera da circulação internacional do capital, cuja tensão ficaria evidente no imediato pré golpe de 1964.

Segundo Carlos Lessa (1975), praticamente todas as metas foram cumpridas a contento, porém o mais importante foi que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro logrou o impressionante intento de adquirir capacidade de desenvolvimento sustentável, na virada da década. Doravante, o capitalismo brasileiro dependeria mais dos investimentos autônomos do Estado e dos investimentos internos do que do capital estrangeiro.

3 ASPECTOS DO GOVERNO DE JOÃO GOULART (1961 – 1964)

O governo Goulart foi marcado pela forte inclinação do presidente a uma via de desenvolvimento mais “autônoma” para o país, não obstante as pressões políticas dos setores conservadores dominantes e os ligados ao capital internacional que viam, nessa inclinação, uma possível aproximação ao comunismo. A posição do presidente (que se definiria somente no início de 1964) se traduzia nas suas atitudes, seus pronunciamentos e em medidas tais como: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, revisão das concessões governamentais da indústria de mineração, reforma agrária (decreto do SUPRA) e sua luta incisiva pelas reformas de base.

O clima político desse período foi muito tenso, pois o movimento sindical urbano era extremamente atuante, e havia uma nítida divisão entre os governadores favoráveis e os

contrários às medidas implementadas pelo presidente. Dentre os grupos políticos atuantes, destacavam-se: de um lado, os sindicalistas da classe trabalhadora e os políticos com tendência nacionalista; de outro, os representantes das classes dominantes e do capital internacional. Nesse sentido, podemos identificar não somente interesses vagos e imediatos dos diversos caminhos ou vias de desenvolvimento que os setores sociais defendiam e buscavam implantar – ou seja, era o caminho de desenvolvimento socioeconômico que estava em pauta. De um lado havia os interesses que buscavam a manutenção do padrão de acumulação que tinha por objetivo manter um tipo de desenvolvimento associado. Do outro lado havia aqueles que lutavam por um desenvolvimento capitalista mais ‘autônomo’ para o Brasil, que politicamente, às vezes, confundiam-se com os defensores da própria transição para o socialismo (GENNARI, 1999).

João Goulart não conseguiu efetivar as almeçadas reformas de base, posto que não teve apoio do Congresso Nacional para realizar a reforma constitucional necessária à implementação do seu programa. Além disso, a radicalização do movimento sindical, notadamente, durante o governo presidencialista, criou tensões com o próprio governo que buscou um novo equilíbrio de forças, ao patrocinar a formação da União Sindical dos Trabalhadores, rival do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em setembro de 1963, estourou, em Brasília, uma rebelião liderada por sargentos da

Aeronáutica e da Marinha, revoltados contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que não reconhecia a elegibilidade dos sargentos para o Legislativo, incidente que envolveu as Forças Armadas no clima de dissensão política do período. Segundo Gennari (1999, p. 87):

A quebra de hierarquia provocada diversas vezes no curto período do Governo Goulart era realmente inaceitável para o Alto Comando das Forças Armadas, principalmente a revolta dos sargentos e, depois, a rebelião dos marinheiros. A falta de uma atitude enérgica de Goulart contra a rebelião dos marinheiros selou definitivamente a aversão dos setores militares de direita contra o Presidente.

Ademais, o apoio do governo norte-americano à intervenção militar se tornou oficial quando o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, enviou um telegrama secreto ao Departamento de Estado americano que relatava a situação do país “[...] frisando o papel tradicional do Exército de defensor apartidário das instituições democráticas. A carta é anticomunista e, por implicação óbvia, anti Goulart.” (CORRÊA, 1977, p. 117 apud GENNARI, 1999, p. 88).

As contradições herdadas do Governo JK, a crise econômica, a guerra fria e as pressões tanto da direita, quanto dos movimentos populares, pensaram politicamente o Governo de João Goulart. Naquele contexto, um conjunto de eventos precipitou a deflagração do movimento golpista, iniciado em Minas Gerais, na madrugada de 31 de março de 1964. Dessa forma, os setores dominantes nacionais e estrangeiros conseguiram reprimir (mais uma vez na secular história do povo brasileiro) uma possível ascensão popular, o que deu início, assim, a um período de opressão e violência, em contraposição à defesa dos interesses nacionais.

4 A ECONOMIA BRASILEIRA SOB OS ANOS DE CHUMBO

Após o golpe civil militar de primeiro de abril de 1964, a sociedade brasileira vivenciou um longo processo de reformas institucionais. A nova equipe econômica, liderada por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, instituiu a ORTN, com o intuito de angariar recursos ao Estado. Foi criado também o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, que, ao mesmo tempo em que alimentava os fundos do Estado, eliminava, de forma gradativa, o regime antigo de estabilidade no emprego para trabalhadores com mais de uma década de serviços prestados. Outros aspectos relevantes das reformas foram a implantação do Sistema Financeiro da Habitação, do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, em substituição à velha SUMOC. Quanto à reforma tributária de 1966, houve a criação do ICM e de outros impostos e contribuições. Em relação às reformas políticas, o eixo de todo o processo foi um gradual fechamento do regime até o total controle da sociedade pelo poder central de Brasília, sob o comando das Forças Armadas, cujo traço peculiar foi a adoção dos atos institucionais, os famosos AIs.

Sob o aspecto econômico, entre 1962 e 1967, a economia brasileira enfrentou sua pior fase de crescimento no pós-guerra, ao mesmo tempo em que se promoviam modificações profundas tanto no arcabouço da política econômica (financiamento público, privado e externo, comércio exterior e capital estrangeiro), como nos padrões de distribuição funcional e pessoal da renda. Todavia, entre 1962 e 1966, o investimento público não apresentou uma queda significativa e foi um fator de sustentação do investimento global (GENNARI, 2007).

Já o período de 1967 a 1973, denominado de “Milagre Econômico”, caracterizou-se por uma retomada do crescimento, proporcionada devido à adoção de políticas monetária, creditícia e fiscal mais flexíveis (expansionistas) pelo segundo governo militar, instaurado em abril de 1967. José Serra (1984) compara esse período, que denomina de ciclo II, com o anterior (ciclo I: 1956 a 1961) e observa que, em ambos, a indústria manufatureira liderou a expansão, e os setores mais dinâmicos foram os de bens de consumo duráveis e bens de capital. Entretanto, o ciclo I apresentou um maior crescimento da produção nesses setores. O crescimento da produção agrícola manteve-se em um nível modesto, embora superior ao período de pós-guerra; contudo, no ciclo II, a parcela da produção correspondente às exportações agrícolas aumentou, consideravelmente, em prejuízo dos alimentos para consumo interno. Ao contrário do que foi observado no ciclo I, o rápido crescimento da economia, no segundo período, esteve associado a uma acentuada abertura estrutural ao exterior, a qual só foi possível devido ao rápido aumento das exportações (cuja pauta também se diversificou) e ao abundante fluxo de financiamento externo.

A taxa de inflação do ciclo II, por sua vez, apresentou uma variação consideravelmente menor e uma tendência declinante (com exceção do último biênio, em que teve uma inflexão ascendente), diferente do que ocorreu no ciclo I. Desse modo, o desempenho do ciclo II está intimamente relacionado à capacidade ociosa herdada do ciclo I e dos anos de semi-estagnação da economia brasileira, bem como à disponibilidade abundante de divisas proporcionada pelo crescimento das exportações e pelo maior acesso às reservas internacionais, o que facilitava o endividamento externo. Ademais, a expansão do período caracterizou-se pela abundante liquidez real da economia, baseada no aumento do crédito bancário ao setor pri-

vado. Além disso, a alta concentração de renda da população brasileira e a elevação da margem de endividamento das famílias, facilitada pelo desenvolvimento da intermediação financeira na compra de bens de consumo, possibilitaram o dinamismo da demanda por bens de consumo duráveis e, por conseguinte, o melhor desempenho desse setor (GENNARI, 2007).

No entanto, o crescimento econômico dessa etapa expansiva não foi capaz de eliminar a heterogeneidade intra e intersetoriais. Na indústria, por exemplo, havia considerável atraso do crescimento da produção de bens de capital, em relação aos setores de bens de consumo duráveis, não-duráveis e da construção civil. Duas consequências imediatas desse desequilíbrio no crescimento industrial foram o surgimento de focos de tensão inflacionária (1973) e a tendência a fortes *deficits* na conta comercial do balanço de pagamentos a partir de 1971 – 1972. Ademais, a produção agrícola voltada para o mercado interno também apresentou considerável atraso, face ao crescimento da indústria e da massa de salários, devido não ao declínio do setor, mas ao expressivo aumento das exportações, o que gerou, por sua vez, pressão inflacionária.

Outro fator decisivo para a inflexão da curva inflacionária, antes da crise do petróleo, foi a inflação mundial, que exerceu uma dupla pressão sobre os preços domésticos, via importações e exportações de matérias-primas e alimentos. Assim, quando ocorreu o choque externo, provocado pela alta dos preços do petróleo, no final de 1973, o sistema brasileiro de preços e o balanço de pagamentos já estavam vulneráveis. A aceleração inflacionária, que vinha ocorrendo desde então, foi acompanhada, a partir de meados de 1974, por um forte declínio do ritmo de expansão da economia.

Nesse sentido, a inflexão do ciclo não ocorreu apenas devido a problemas de investimentos (queda na taxa de lucros) ou a restrições de oferta de importações, mas à crise na demanda corrente de bens de consumo não-duráveis e duráveis. Quanto aos bens de consumo não-duráveis, a desaceleração do crescimento foi reflexo da contenção dos salários de base, cujo reajuste não acompanhava a inflação. Além disso, a contenção dos salários reais, que prosseguiu até 1974, comprometeu a disposição ou capacidade de endividamento das famílias, o que afetou não só algumas indústrias de bens de consumo não-duráveis, comercializados, em grande parte, por intermédio do crédito pessoal, como também indústrias de bens

de consumo duráveis. Desse modo, segundo Gennari (2007) a inflexão dessa etapa expansiva foi determinada, de forma fundamental, pela aceleração da inflação e seus efeitos sobre os salários e a política de crédito.

Em relação ao período 1973 – 80, a desaceleração econômica esteve longe de configurar uma situação depressiva, pois o crescimento médio do PIB superou ligeiramente os 7% ao ano, taxa que corresponde à tendência histórica do pós-guerra, mais elevada do que a correspondente a economias não exportadoras de petróleo, desenvolvidas ou subdesenvolvidas. O desempenho da economia brasileira, nesse período, foi condicionado, em grande parte, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, o mais importante e concentrado esforço do Estado, desde o Plano de Metas, em promover modificações estruturais econômicas. O II PND partia de uma identificação razoável dos problemas que afetaram a economia brasileira em fins de 1973: atraso no setor de bens de produção e de alimentos, forte dependência do petróleo e tendência a um elevado desequilíbrio externo.

Embora longe de produzir resultados semelhantes ao Plano de Metas, o II PND teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso à indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta das empresas estatais e do setor privado, o qual obteve forte apoio do sistema BNDES e do CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial). Na prática, o II PND foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976, devido à adoção de uma política anti-inflacionária de natureza contracionista. Além disso, a canalização da poupança privada voluntária para financiamento dos investimentos, tal como pretendia o plano, não se realizou, e foi preciso recorrer a fontes externas e estatais, com taxas de juros subsidiadas. Aliado a esse contexto, os transtornos da economia mundial provocaram a deserção total ou parcial dos sócios internacionais que deveriam compartilhar os grandes projetos de exportações (GENNARI, 2007).

O novo choque externo, representado pelo recrudescimento da inflação mundial, sob a liderança do petróleo, concomitante a uma forte deterioração das relações de troca do Brasil, contribuiu ainda mais para o agravamento da situação econômica do país, no final dos anos 1970, o qual se acentuou também com a elevação da taxa de juros internacional

(seja pelo aumento dos serviços da dívida externa ou pelo estreitamento do raio de manobra da política monetária doméstica).

Nesse período, fizeram-se presentes as pressões dos bancos internacionais, tanto no sentido de aumentar o *spread* dos empréstimos ao Brasil, como de promover alterações na política econômica doméstica em uma direção mais conservadora ou se preferir ortodoxa.

5 CRISE DOS ANOS 1980 – REFLEXÕES SOBRE A DÉCADA PERDIDA

A década de oitenta se inicia com grandes dificuldades de financiamento externo, resultantes da crise do petróleo e da elevação das taxas de juros internacionais. Segundo Ricardo Carneiro (2002), durante os anos 1980, tornou-se explícita a crise do padrão de financiamento do setor público, com a extinção do mercado voluntário de crédito para os países em desenvolvimento. Em decorrência desse fato, surge a necessidade constante da geração de superávits comerciais para fazer frente à transferência de recursos ao exterior.

Essas crises se acentuam com os baixos índices do Produto Interno Bruto e com o aumento das taxas de inflação, que passaram de 40% ao ano, em 1978, para 220%, em 1983. No ano de 1984, o Brasil se recupera devido à melhora da economia global e ao aumento das exportações aos EUA, facilitado pelas maxidesvalorizações cambiais. O crescimento se manteve em 1985, quando a economia brasileira apresentou a maior taxa de crescimento de sua história, o que possibilitou ao país o pagamento integral dos juros da dívida externa (KON, 1999).

Em contraste à recuperação de 1984, o crescimento de 1985 foi impulsionado pela demanda interna, através do aumento dos salários reais e conseqüente aumento do consumo. A inflação se tornava a grande preocupação entre os economistas. Sob esse aspecto, torna-se interessante o debate entre os heterodoxos e os ortodoxos. Conforme Kon (1999), os ortodoxos baseavam suas hipóteses sobre a inflação, a partir das expectativas racionais. No Brasil, essas ideias foram representadas por meio das propostas de Otavio Bulhões, baseadas na eliminação do déficit público, da expansão monetária e de todas as formas de indexação da economia e na liberação de todos os preços.

Em oposição às expectativas racionais, as hipóteses heterodoxas surgem a partir da tese de que a inflação brasileira apresenta um caráter predominantemente inercial. Seus principais representantes são André Lara Resende, Pêrsio Arida e Edmar Bacha, que consideram que os preços e ativos são reajustados em função da inflação passada e que, para combatê-la, torna-se essencial “zerar a memória do sistema” (SINGER, 1987).

Nesse sentido, podemos considerar a década de 1980 no Brasil como uma espécie de “laboratório” para propostas de combate à inflação. Dentre os planos de estabilização implementados, durante o período, destacam-se os planos Cruzado, Bresser e Verão, além de uma série de tentativas de ajuste. O Plano Cruzado, considerado um programa heterodoxo, foi o primeiro deles e pode ser caracterizado como um marco para as experiências seguintes quanto à estabilidade econômica. Foi implementado em fevereiro de 1986 e baseava-se no diagnóstico da inflação inercial. Dentre as suas medidas, destacam-se o congelamento de preços, a introdução de uma nova moeda, a conversão de salários com abono de 8% para salários gerais e de 16% para o salário mínimo e o fim do mecanismo da indexação formal (VERSIANI, 2005).

As consequências iniciais do programa foram positivas, quando superaram, até mesmo, as expectativas de seus formuladores e obtiveram um grande apoio popular. A inflação, que girava em torno de 20% ao mês em fevereiro de 1986, foi para 0,6% em abril do mesmo ano. As produções de bens de consumo e bens de capital, por sua vez, cresceram 20% e 30%, respectivamente (GENNARI, 2007). Entretanto, passadas as eleições, o plano já em crise aberta fora substituído por outro (cruzadinho) mais ortodoxo e conservador, diante de uma conjuntura de recrudescimento da inflação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar, mesmo que sumariamente, que as causas da crise do início dos anos 1960 são profundas e estruturais, sendo que alguns aspectos chamam a atenção: a) a herança do Governo JK representada fundamentalmente por uma tendência ao estrangulamento externo; b) uma crise de superprodução; c) aguda tendência à deterioração dos termos de

troca, com seus impactos no balanço de pagamentos; d) pressões inflacionárias estruturais; e) histórica concentração de renda.

Após do golpe civil-militar do início de 1964 seguiu-se uma política econômica e social com dois eixos fundamentais: o arrocho salarial e a internacionalização subordinada da economia e da sociedade brasileira. A política econômica que se seguiu ao golpe de 1964, o chamado Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e os seus desdobramentos posteriores, tiveram a função precípua de recompor, em patamares mais elevados, o livre fluxo da circulação internacional do capital, e assim, a posição subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e, fundamentalmente, em relação às potências hegemônicas, o que significaria uma pá de cal nas pretensões do derrotado nacional-desenvolvimentismo de caráter nacionalista do pré-1964.

Para sedimentar suas aspirações, os instrumentos e medidas econômicas e sociais do PAEG assentaram-se em pelo menos dez aspectos: a) a execução de uma política econômica ortodoxa de controle da inflação, ou seja, baseada na redução da oferta de meios de pagamentos e no corte da demanda, o que se traduziu em política salarial que impôs agudo arrocho salarial à classe trabalhadora; b) liberação das importações; c) aumento das tarifas dos serviços públicos e das empresas estatais; d) introdução da correção monetária, graças à criação do mercado de títulos assentado na emissão das obrigações reajustáveis do tesouro nacional – ORTNs, dotando o Estado de novos recursos captados no novo mercado de títulos; e) radical modificação da Lei de Remessa de Lucros, no sentido de eliminar os três itens considerados nacionalistas e que limitavam as remessas ao exterior; f) alteração radical da reforma agrária, que doravante seria assentada nas prioridades do mercado e não na distribuição de terras aos sem-terra, ou seja, eliminação das propostas das ligas camponesas e repressão brutal aos seus líderes; g) criação do Banco Nacional da Habitação – BNH, que recriaria as condições e regras para o mercado imobiliário; h) criação do fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS, que além de eliminar a estabilidade no emprego (dando assim um golpe no movimento sindical), garantia ao Estado uma nova fonte de recursos. Além desses aspectos essenciais, destacaríamos ainda o aumento da dívida pública, a elevação da dívida externa como expediente para financiar a acumulação de capital e

a supressão do direito de greve, o que impactou severamente no arrocho salarial em andamento. Todas essas medidas tiveram o impacto de uma verdadeira “cirurgia econômica”, como na expressão dos seus artífices.

Em 1967, o governo tomou novas medidas de afrouxamento da política monetária, de aumento do financiamento para o consumo dos bens de consumo duráveis, que somados à expansão do crédito imobiliário e à retomada dos investimentos das estatais, criaram as condições para o desencadear o assim chamado “milagre econômico brasileiro”.

O milagre econômico caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento do PIB como consequência do aumento dos investimentos estrangeiros, do aumento das importações de bens de capital, do aumento da dívida externa, do aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis; do aumento das exportações e do ingresso de capital. Estava montado o cenário para o aumento do consumo de uma pequena parcela da população brasileira, as chamadas classes médias. O sucesso relativo do padrão estrutural baseado na produção de bens de consumo duráveis, num contexto de pobreza e miséria generalizado da população trabalhadora, se devia à crescente concentração de renda que assolava o país, que apresentava Índices de Gini (quanto mais próximo de 1.0 maior a concentração de renda) superiores a 0,6.

Ao aparente sucesso econômico logo sucedeu uma crise de grandes proporções. Somado à crise desencadeada no epicentro do capitalismo, os EUA, com sua crise de superprodução e queda nas taxas de lucros, além da famosa crise de Bretton Woods, onde os Estados Unidos romperam unilateralmente com a relação dólar – ouro, o mundo capitalista mergulhou em uma de suas mais profundas crises: a especulação tornar-se-á, doravante, o eixo privilegiado do capitalismo rentista.

No Brasil as contradições do padrão de acumulação subordinado vieram a tona se transformando em crise financeira estrutural. Todos os esforços do Governo Federal em relação ao II Plano Nacional de Desenvolvimento malograram, já que a economia mundial rumava para um novo padrão tecnológico, conhecido como terceira revolução tecnológica, calçada na informação e na comunicação. O início dos anos 1980 demarcam o fim da economia da ditadura militar e o conseqüente início da transição

democrática, num contexto de colapso da economia brasileira, com elevação sem precedentes da dívida externa, hiperinflação, desemprego em massa, enfim uma crise estrutural. Na sequência da crise os militares darão início à transição política - “lenta, gradual e segura” - num clima de grande insatisfação popular. Os governos da chamada Nova República terão que lidar com a herança de um país combalido pelo atraso econômico, grave estrangulamento externo que se revela como crise estrutural no balanço de pagamentos e dívida externa impagável.

Concluindo, com a implementação de todas as suas reformas antipopulares e em benefício das classes dominantes do capitalismo internacionalizado e subordinado brasileiro, a herança mais acabada da economia da ditadura militar pode ser traduzida em dois desdobramentos essenciais: inflação e caos social. O processo inflacionário logo se transformaria em hiperinflação como consequência da desordem econômica estrutural instaurada. A inflação galopante se somará à onda de desemprego do início dos anos 1980 e lançará a sociedade brasileira e, principalmente os setores desprotegidos da classe trabalhadora num quadro psicossocial de desespero diante da corrosão brutal dos salários e da impossibilidade de garantir a segurança alimentar das famílias; e, em segundo lugar, o quadro de violência urbana e caos social como consequência de uma estrutura em crescente elevação das desigualdades sociais, o que levou o Brasil a figurar como um dos países com os mais elevados índices de concentração de renda do mundo.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: Unicamp, IE, 1998.

CAMPOS, R. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LCT, 1969.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: LECH, 1978.

- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1975.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- GENNARI, A. *Réquiem ao capitalismo nacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- GENNARI, A. et al. *Alguns aspectos da trajetória brasileira no século XX: a barreira do subdesenvolvimento*. 2007. Disponível em: <http://ibec-estudos.org.br/biblio/Salta/textos_Salta.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.
- KON, A. *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- LEFF, N. H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil 1947 – 1964*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- MINDLIN, B. *Planejamento no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectivas, 2001.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira. In: LESSA, Carlos et al. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984. v. 1.
- SINGER, P. *O dia da lagarta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas: Unicamp, IE, 1998.
- THOMPSON, E. P. A peculiaridade dos ingleses. In: NEGRO, A.; SILVA, S. (Org.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 75-281.
- VERSIANI, F. *Inflação e política antiinflacionária no Brasil*. Brasília, DF: Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2005. (Textos de Leitura, n. 23).